



11º Simulado Especial

INSS

Técnico Do Seguro Social
Pré-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **INSS**, cargo de **Técnico do Seguro Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Y7BGVUMUbjKzaC398>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4v87oem>

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS***Fabrizio Dutra*

Há exatos 36 anos, o Brasil ganhava uma nova Constituição. Promulgada pelo Congresso Nacional em 5 de outubro de 1988, a Lei Maior da nação era, naquele momento, a concretização da redemocratização do país. A Constituição Federal (CF) de 1988 foi apelidada pelos especialistas de “Constituição Cidadã” devido aos direitos sociais garantidos no texto original e considerados um avanço para a época.

A atual Constituição é a oitava da história do Brasil. O conceito e a organização da Previdência Social e da proteção aos trabalhadores foi modificada ao longo do tempo. A primeira Carta Magna, ainda no período Imperial, em 1824, falava apenas de um aspecto da seguridade: o primeiro texto constitucional estabeleceu a assistência governamental aos mais vulneráveis que necessitavam de cuidados de saúde.

Em 1891, a segunda Constituição brasileira foi a primeira do período Republicano e a primeira a mencionar a palavra aposentadoria – garantida exclusivamente a servidores públicos em caso de invalidez decorrente da prestação de serviços à nação. Em 1934, o Brasil tinha uma nova Carta Magna e passou a reconhecer a previdência social como um direito dos trabalhadores. Antes da promulgação da Constituição de 1934, no entanto, houve a primeira iniciativa estatal para a criação de um sistema público de Previdência no ano de 1923 (a Lei Eloy Chaves, que garantia benefícios de aposentadoria e pensão por morte a trabalhadores urbanos).

A Constituição de 1937 trouxe mudanças no texto anterior e restringiu a cobertura previdenciária para categorias específicas de trabalhadores. O direito voltou a ser universal na Constituição de 1946. A década de 1960 iniciou com a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que definiu as bases para o sistema previdenciário. Nessa década, o Brasil teve duas novas Constituições, uma promulgada em 1967 e a outra em 1969. A de 1967 estabeleceu o modelo tripartite de financiamento da Previdência Social, com contribuições de trabalhadores, empresas e governo.

Foi a Constituição de 1988 que trouxe o modelo de Seguridade Social como direito fundamental do cidadão e

composta por três pilares: saúde, assistência e Previdência Social. A saúde é um direito universal independente de contribuições. A assistência social também não depende de contribuições, mas é um direito para quem precisa, para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Já a previdência social é um direito para quem contribui.

Além da questão de ser um pilar da seguridade social, outro marco importante da Constituição de 1988 para a Previdência Social é a introdução do conceito de salário de contribuição, que passa a ser a base para o cálculo da contribuição mensal e também para o valor inicial da maioria dos benefícios previdenciários.

Conceição Menezes - Secom/BA

1. O texto sustenta que a Constituição Federal de 1988 inovou ao instituir o modelo de Seguridade Social composto pelos pilares da saúde, da assistência social e da previdência social, distinguindo-os quanto à exigência de contribuição para acesso aos respectivos direitos.
2. De acordo com o texto, a Constituição de 1934 foi responsável pela criação do primeiro sistema público de Previdência Social no Brasil, inexistindo iniciativa estatal anterior voltada a essa finalidade.
3. Infere-se do texto que a proteção previdenciária no Brasil passou por períodos de ampliação e de restrição ao longo da história constitucional, não tendo evoluído de forma contínua e linear.
4. Predomina no texto a tipologia **expositiva**, uma vez que seu objetivo principal é apresentar informações históricas e explicar a evolução constitucional da Previdência Social no Brasil, sem defender uma tese ou narrar acontecimentos com foco em personagens.
5. No primeiro parágrafo, a correção seria prejudicada se o verbo ‘Há’ fosse substituído por ‘Fazem’.

6. No segundo período do primeiro parágrafo, a vírgula após o verbo 'era' contribui para o isolamento de uma expressão explicativa.
7. No final do primeiro parágrafo, se fosse inserida a expressão 'que foram' antes de 'considerados' a correção e o paralelismo do texto seriam respeitados.
8. No início do segundo parágrafo, no trecho 'A atual Constituição é a oitava da história do Brasil', os termos 'atual' e 'oitava' pertencem à mesma classe gramatical.
9. No segundo período do segundo parágrafo, o termo 'aos trabalhadores' funciona como objeto indireto.
10. No final do segundo parágrafo, seria coerente e gramaticalmente correta a substituição dos dois-pontos por ponto final, feitos os ajustes de maiúsculas e minúsculas.
11. No início do terceiro parágrafo, a vírgula após 1891 é facultativa.
12. No final do terceiro parágrafo, a expressão 'a primeira iniciativa estatal' exerce a função de complemento direto.
13. Na expressão 'pensão por morte a trabalhadores', a inserção do acento grave indicativo de crase no 'a' prejudicaria a correção gramatical do texto.
14. No final do penúltimo parágrafo, termo "já" exprime valor de contraste, equivalente a "por sua vez".
15. No último período do texto, a expressão 'maioria dos benefícios previdenciários', configura um sujeito partitivo.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

Com relação ao raciocínio lógico e operações com conjuntos, julgue os itens a seguir.

16. A sentença "A perícia médica é imprescindível para conceder tanto o auxílio por incapacidade temporária quanto a aposentadoria por incapacidade permanente que os segurados requerem" pode ser representada simbolicamente por $P \wedge Q$.
17. Considere a proposição P a seguir: "Se o cadastro do segurado estiver bloqueado por irregularidade, então ele não terá direito ao pagamento neste mês; e, se o segurado não atualizou seus dados dentro do prazo, então ele não terá direito ao pagamento neste mês". Se as proposições "O segurado não atualizou seus dados dentro do prazo" e "O segurado não terá direito ao pagamento neste mês" forem falsas, também será falsa a proposição P, independentemente do valor lógico da proposição "O cadastro do segurado está bloqueado por irregularidade".
18. Em uma atividade de capacitação de técnicos do Seguro Social, foram consideradas as proposições simples P e Q. A partir disso, pode-se afirmar que a proposição composta $[(\sim P) \leftrightarrow (\sim Q)] \rightarrow [(\sim P) \rightarrow Q]$ tem somente o valor lógico V, independentemente dos valores lógicos de P e Q.
19. Considere a proposição P a seguir: "A maioria dos segurados não acredita que o atendimento presencial não seja necessário". A tabela-verdade associada à proposição P possui 4 linhas.
20. Admitindo-se que a proposição "O segurado não apresentou o laudo médico atualizado" seja verdadeira, também será verdadeira a proposição "Se o perito não solicitou novos exames, então o segurado não apresentou o laudo médico atualizado", mesmo que seja falsa a proposição "O perito não solicitou novos exames".

Em uma agência da Previdência Social, o conjunto universo U é formado por todos os segurados atendidos em determinado mês. Considere que P e Q sejam dois subconjuntos não vazios de U . Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

21. $P - Q = (PUQ) - (P \cap Q)$.

22. Se $P \subset Q$, então é correto afirmar que $U - Q \subset U - P$.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

23. Acerca das Regras Deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o próximo item.

A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam esforço pela disciplina; contudo, a deterioração de bem pertencente ao patrimônio público, quando decorrente de descuido ou má vontade, representa ofensa apenas ao equipamento, às instalações ou ao Estado.

24. Acerca dos principais deveres do servidor público previstos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o próximo item.

João, servidor público responsável pelo atendimento em determinado setor, percebeu a formação de longa fila de usuários e a existência de processos parados há vários dias.

Diante disso, decidiu exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, buscando resolver prioritariamente as situações que vinham causando atraso na prestação do serviço, a fim de evitar prejuízo ao usuário.

Nessa situação, a conduta de João está de acordo com os deveres fundamentais do servidor público.

25. Acerca das vedações impostas ao servidor público pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o próximo item.

É vedado ao servidor público pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber vantagem de qualquer espécie para si, para seus familiares ou para qualquer pessoa, a fim de cumprir sua missão ou influenciar outro servidor para o mesmo fim.

26. Acerca das Comissões de Ética previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o próximo item.

Após apurar a conduta de Carlos, servidor público que praticou infração ética, a Comissão de Ética decidiu aplicar-lhe pena de advertência. A fundamentação da penalidade constou do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão, com ciência do servidor faltoso.

Nessa situação, o procedimento adotado está compatível com o Código de Ética.

27. Acerca das Comissões de Ética previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o próximo item.

Para fins de apuração do comprometimento ético, considera-se servidor público apenas aquele que preste serviços de natureza permanente, com retribuição financeira, e esteja ligado diretamente a órgão do poder estatal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Considerando a disciplina aplicável à Administração Pública, seus atos e poderes, analise os itens a seguir.

28. O princípio da impessoalidade impõe que os agentes públicos atuem sem favoritismos ou perseguições, bem como que os atos administrativos sejam atribuídos ao órgão ou entidade, e não à pessoa do agente que os praticou.

29. O princípio da legalidade, aplicado à Administração Pública, significa que o administrador pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, em simetria com o regime aplicável aos particulares.

30. O poder de polícia pode ser exercido tanto pela Administração direta quanto pelas pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta, sendo possível delegar a particulares, por meio de contrato de concessão, as fases do ciclo de polícia.

Tomando por base a regulamentação atinente à improbidade administrativa, ao processo administrativo e à responsabilização estatal, julgue os itens a seguir.

31. A responsabilidade civil do Estado por omissão é objetiva, como regra, dispensando a comprovação de dolo ou culpa do agente público, bastando demonstrar o nexo causal entre a inação estatal e o dano sofrido pelo particular.

32. Segundo a Lei nº 9.784/1999, os recursos administrativos terão efeito suspensivo deferido automaticamente, ressalvados os casos em que houver perigo de dano grave ou de difícil reparação, hipótese em que a autoridade competente poderá, mediante motivação expressa, conferir-lhe efeito devolutivo.

33. A nomeação de parente de primeiro grau, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão na administração pública indireta é ato de improbidade administrativa que viola princípio da Administração Pública.

Com base na Lei 8.112/1990, analise os itens a seguir.

34. O servidor que passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, nas hipóteses de remoção de ofício ou a pedido, a critério da administração, faz jus ao recebimento da ajuda de custo, a fim de compensar as despesas de sua instalação.

35. O processo administrativo disciplinar (PAD) sob rito sumário deverá ser aplicado nas hipóteses de inassiduidade habitual, abandono de cargo e omissão do servidor em apresentar opção dentro do prazo de 10 dias, por acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

36. Considerando a garantia constitucional da inviolabilidade da intimidade e da vida privada, é inconstitucional a divulgação, por qualquer veículo, dos nomes dos servidores públicos e dos respectivos valores recebidos a título de vencimentos e vantagens pecuniárias.

37. A garantia de assistência jurídica integral e gratuita é assegurada tanto às pessoas naturais quanto às pessoas jurídicas que demonstrarem insuficiência de recursos.

38. Mesmo sem previsão expressa na Constituição Federal, os tribunais reconhecem a possibilidade de impetração de habeas corpus coletivo.

39. A licença-maternidade constitui direito social assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, sendo garantida tanto à mãe gestante quanto à adotante, com igual período de duração e possibilidade de prorrogação.

- 40.** O brasileiro que renunciar à sua nacionalidade, mediante requerimento expresso apresentado à autoridade brasileira competente, fica impedido de recuperar sua nacionalidade originária.
- 41.** João e Marina, brasileiros, adotaram regularmente, no exterior, uma criança nascida em outro país. Após a adoção, promoveram o registro da criança na repartição consular brasileira competente. Nessa situação, de acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a criança tem direito à nacionalidade brasileira originária, sendo inconstitucional qualquer distinção entre filhos biológicos e adotivos para fins de reconhecimento da condição de brasileiro nato.
- 42.** O alistamento eleitoral é vedado aos analfabetos, razão pela qual eles não podem exercer o direito de voto nem ser eleitos para cargos políticos.
- 43.** A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- 44.** No Excel, ao transformar um intervalo de células em uma Tabela, novas linhas inseridas na extremidade da tabela passam a herdar automaticamente a formatação e, quando aplicável, as fórmulas utilizadas nas demais linhas.
- 45.** Os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge permitem o acesso apenas a páginas armazenadas localmente no computador, não sendo capazes de abrir sites disponíveis na internet.
- 46.** No correio eletrônico, ao utilizar o campo Cco (com cópia oculta), todos os destinatários da mensagem conseguem visualizar os endereços de e-mail das pessoas incluídas nesse campo.
- 47.** Os worms são programas maliciosos capazes de se propagar automaticamente por redes de computadores, explorando vulnerabilidades ou outros mecanismos de disseminação, sem depender, necessariamente, da intervenção do usuário para infectar novos dispositivos.
- 48.** Os aplicativos de informática são utilizados exclusivamente para a edição de textos, não sendo empregados em atividades como navegação na internet, gerenciamento de arquivos, comunicação, edição de planilhas ou apresentações.

INFORMÁTICA

Emanuelle Gouveia

- 44.** No Windows 7 e no Windows 10, a utilização do recurso "Fixar na Barra de Tarefas" permite manter atalhos para aplicativos disponíveis permanentemente na barra, independentemente de estarem em execução no momento.
- 45.** No Word, é possível aplicar estilos de parágrafo para padronizar elementos como títulos, subtítulos e corpo do texto, permitindo que alterações no estilo sejam refletidas automaticamente em todos os trechos aos quais ele foi aplicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA***Adriana Menezes*

51. O servidor estadual que ocupa cargo público efetivo estará vinculado obrigatoriamente ao regime próprio de previdência social do estado e, caso venha exercer, concomitantemente, atividade remunerada sujeita ao RGPS ficará dispensado de recolher contribuições previdenciárias ao RGPS nessa segunda qualidade, em razão da vedação de filiação simultânea a dois regimes distintos de previdência social.

52. O princípio da diversidade da base de financiamento é entendido como objetivo a ser perseguido na organização da seguridade social, refletindo-se na multiplicidade de fontes de custeio, como as contribuições de empregados, empregadores e receitas dos concursos de prognósticos.

53. O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento autoriza o Poder Executivo a criar, por meio de decreto, novos benefícios previdenciários, desde que identificada a urgente necessidade social.

54. Marcelo, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, passou a realizar entregas por aplicativo aos finais de semana com o objetivo de aumentar sua renda mensal.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Na atividade exercida por meio de aplicativo, Marcelo será considerado segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na condição de trabalhador avulso.

55. Joaquim desenvolve atividade extrativista vegetal como seu meio principal de vida e em regime de economia familiar. Acontece que, em razão da prisão de sua esposa para cumprir pena em regime fechado, ele passou a receber auxílio-reclusão no valor de 01 salário-mínimo.

Diante da situação hipotética apresentada, pode-se afirmar que Joaquim perderá a condição de segurado especial.

56. Lucas, estudante de 16 anos de idade, sem exercer atividade remunerada, decidiu realizar sua inscrição no Regime Geral de Previdência Social na condição de segurado facultativo, com o objetivo de iniciar contribuições previdenciárias antecipadamente.

Nessa situação, a inscrição de Lucas como segurado facultativo não será admitida em razão de sua idade.

57. André, segurado do Regime Geral de Previdência Social, encontra-se afastado de suas atividades laborais em razão de incapacidade temporária, percebendo benefício previdenciário concedido pelo INSS. Já Roberto, pessoa em situação de vulnerabilidade social, recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) há vários anos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

André e Roberto mantêm a qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social independentemente do recolhimento de contribuições e sem limitação temporal.

58. Julgue o item a seguir acerca do acidente de trabalho.

A enfermidade decorrente de contaminação acidental sofrida pelo empregado durante o exercício de suas atividades profissionais não se equipara a acidente de trabalho.

59. Será atingida pela prescrição a ação referente à prestação por acidente do trabalho se for procedida após 05 anos contados da data em que for reconhecida a incapacidade permanente pela Previdência Social.

60. Por não possuir natureza substitutiva da renda do trabalho, o auxílio-acidente pode ser pago em valor inferior ao salário-mínimo.

61. João permaneceu no seu primeiro emprego por 3 anos. Após, foi demitido por justa causa e não continuou contribuindo para o INSS. Após 05 anos da data da sua demissão, João resolveu contribuir para o RGPS como segurado facultativo, aplicando-se a alíquota de 11% sobre 01 salário mínimo.

Quando já vinha contribuindo por 06 meses, João foi preso em regime fechado. O filho de João foi orientado a requerer perante o INSS o benefício de auxílio-reclusão o que lhe foi negado por falta de cumprimento de carência.

Diante dessa situação hipotética, pode-se afirmar que a decisão da autarquia previdenciária está correta, considerando o disposto na legislação previdenciária vigente.

62. Sebastião trabalhou durante toda a vida em atividades rurais em regime de economia familiar, exercendo o cultivo e a comercialização de produtos agrícolas em pequena propriedade no interior do país. Aos 60 anos de idade, após comprovar o cumprimento da carência exigida pela legislação previdenciária, requereu aposentadoria junto ao INSS.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Nessa situação, Sebastião fará jus à aposentadoria por idade do trabalhador rural, em razão do cumprimento da carência e da idade mínima exigida para o segurado homem.

63. Nilo iniciou suas atividades como auxiliar administrativo em uma empresa de logística em março de 2021. Interessado em planejar sua vida, buscou informações junto ao INSS acerca dos requisitos necessários para a obtenção da aposentadoria programada.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Nilo terá direito à aposentadoria programada desde que cumpra a carência mínima de 180 contribuições mensais, além de alcançar 65 anos de idade e 20 anos de tempo de contribuição.

64. Helena, professora da rede pública estadual, exerceu durante toda a sua carreira exclusivamente funções de magistério na educação básica, atuando no ensino fundamental e médio. Aos 58 anos de idade, após completar 25 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério e cumprir a carência exigida em lei, requereu aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Helena fará jus à aposentadoria programada do professor, em razão do preenchimento cumulativo dos requisitos etários e contributivos previstos para a categoria.

Leonardo exerceu, por mais de 25 anos, a função de operador em uma indústria química, trabalhando diariamente em ambiente com exposição habitual e permanente a agentes nocivos à saúde.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

65. Para que Leonardo faça jus à aposentadoria especial, é indispensável a comprovação do exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde.

66. Para que Leonardo tenha direito à aposentadoria especial é prescindível que ele tenha a idade mínima de 60 anos.

67. Leonardo é considerado segurado especial.

68. Ricardo, segurado do Regime Geral de Previdência Social, faleceu em decorrência de causas naturais. Após o óbito, Mariana, que vivia em união estável com o segurado há vários anos, requereu ao INSS a concessão de pensão por morte na condição de companheira.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Para que Mariana tenha direito à pensão por morte, será necessária a comprovação de dependência econômica em relação ao segurado falecido.

69. Eduardo, segurado do Regime Geral de Previdência Social, faleceu sem deixar cônjuge, companheira ou filhos. Na data do óbito, seu único irmão, Gabriel, deficiente mental, possuía 14 anos de idade e vivia em residência diferente da do segurado.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Gabriel terá direito ao recebimento de pensão por morte em decorrência do falecimento de Eduardo, ainda que não comprove dependência econômica em relação ao segurado.

70. O auxílio-reclusão se restringe aos dependentes do segurado recluso pelos regimes fechado e semiaberto, e que não tenha nenhuma fonte de subsistência para sua família proveniente do empregador.

71. O exercício de atividade remunerada por parte do segurado recluso que cumpre pena no regime fechado, não acarreta perda do direito de seus dependentes receberem o auxílio-reclusão.

72. A cobertura previdenciária decorrente de acidente do trabalho alcança o empregado, o empregado doméstico, o trabalhador avulso e o segurado especial.

73. Marcos, segurado do Regime Geral de Previdência Social, desapareceu após uma viagem marítima, sem deixar notícias por longo período. Diante da ausência e após o preenchimento dos requisitos legais, o INSS concedeu pensão por morte presumida à sua esposa e aos seus dois filhos menores. Anos depois, Marcos foi localizado com vida.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Nessa hipótese, o pagamento da pensão por morte será imediatamente cessado, devendo os dependentes, em regra, restituir ao INSS todos os valores recebidos a título do benefício.

74. Acerca da aposentadoria por idade da pessoa com deficiência no RGPS, julgue o item a seguir.

O valor da renda mensal da aposentadoria por idade concedida ao segurado com deficiência corresponderá a 85% do salário de benefício.

75. A exigência de período de carência para a concessão de determinados benefícios previdenciários possui, entre suas finalidades, a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, evitando o ingresso de segurados apenas no momento da ocorrência do risco social.

76. Na hipótese de morte da segurada ou do segurado que possuía direito ao salário-maternidade, o benefício será devido, durante todo o período restante ou integral a que faria jus, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que detenha qualidade de segurado, salvo nos casos de falecimento da criança ou de abandono do filho.

77. Carlos, operador de máquinas de 48 anos de idade, empregado da Metalúrgica Alfa, sofreu grave acidente durante o exercício de suas atividades laborais, resultando na perda de ambas as pernas, três meses após sua admissão na empresa. Após realização de perícia médica federal, foi-lhe concedida aposentadoria por incapacidade permanente. Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A renda mensal do benefício concedido a Carlos corresponderá a 60% do salário de benefício, acrescida de 2% para cada ano de contribuição que ultrapassar 20 anos de contribuição.

78. Fernanda, segurada do Regime Geral de Previdência Social, recebeu auxílio por incapacidade temporária durante alguns meses do ano em razão de problemas de saúde. Carlos, por sua vez, passou a receber pensão por morte após o falecimento de seu pai, segurado do RGPS.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Nessa situação, tanto Fernanda quanto Carlos terão direito ao recebimento do abono anual, correspondente ao valor da renda mensal do benefício no mês de dezembro ou, caso ocorra alta ou cessação antes desse período, no mês do encerramento do benefício.

79. Julgue o item a seguir acerca da aposentadoria por incapacidade permanente.

A concessão desse benefício depende do cumprimento de carência mínima de 12 contribuições mensais, exceto nas hipóteses de acidente de qualquer natureza, enfermidade profissional ou do trabalho, bem como nas doenças graves previstas em ato normativo específico.

80. Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) possuem filiação obrigatória e adotam o regime de benefício definido, ao passo que os regimes de previdência complementar destinados aos

servidores públicos possuem caráter facultativo e são estruturados sob o regime de contribuição definida.

81. Julgue o item a seguir acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado à pessoa com deficiência.

O benefício será devido a partir da comprovação da deficiência, não estando seu início condicionado à data em que for realizado o requerimento administrativo.

82. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é assegurado à pessoa idosa com 65 anos de idade ou mais, bem como à pessoa com deficiência, desde que seja demonstrada renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo vigente, não podendo esse critério ser alterado de forma alguma.

83. Julgue o item a seguir acerca do auxílio-inclusão da pessoa com deficiência.

Para a concessão do auxílio-inclusão, exige-se, em todos os casos, que o beneficiário autorize a suspensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado à pessoa com deficiência.

84. O salário de contribuição consiste na base de cálculo utilizada para a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelos segurados do RGPS, com exceção do segurado especial, cuja contribuição obrigatória incide sobre a receita bruta da comercialização da sua produção.

85. Maria, segurada facultativa do RGPS, requereu o benefício de salário-maternidade porque conseguiu a adoção do menino Gabriel de 02 anos de idade. Caso o INSS não analise seu pedido e conceda o benefício no prazo de 30 dias, contado da data da entrada do requerimento, a concessão do benefício será automática.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Rubens Mauricio*

86. A universalidade da cobertura e do atendimento autoriza que todos os benefícios da Previdência Social sejam concedidos independentemente de contribuição, desde que presente situação de necessidade social.

87. O princípio da equidade na forma de participação no custeio permite que contribuintes submetidos a situações econômicas distintas sejam onerados de maneira diferente, desde que respeitados os parâmetros constitucionais.

88. A diversidade da base de financiamento busca reduzir a dependência da Seguridade Social em relação a uma única fonte arrecadatória, permitindo que o sistema seja financiado por diversas espécies de contribuições sociais.

89. Nos termos da Constituição Federal, a saúde integra a Seguridade Social, porém somente poderá ser utilizada gratuitamente pelos segurados obrigatórios da Previdência Social.

90. Uma lei publicada em janeiro criou nova contribuição destinada ao financiamento da Seguridade Social e determinou sua cobrança já a partir do mês seguinte.

Nessa situação, a cobrança respeita a Constituição Federal, desde que observada a anterioridade anual.

91. Paulo recebia aposentadoria por incapacidade permanente e, após perícia revisional realizada pelo INSS, verificou-se recuperação parcial da capacidade laborativa.

Nessa situação, a simples constatação da recuperação parcial implica cessação imediata da aposentadoria.

92. Marcelo, contribuinte individual, sofreu incapacidade permanente decorrente de doença comum. Durante a instrução do processo administrativo, verificou-se que existe programa de reabilitação profissional capaz de permitir seu retorno ao mercado de trabalho.

Nessa situação, não será devida aposentadoria por incapacidade permanente enquanto houver possibilidade de reabilitação para atividade que lhe garanta subsistência.

93. Luciana, segurada especial, preencheu todos os requisitos legais para aposentadoria por idade rural, inclusive o exercício da atividade rural pelo período legalmente exigido.

Nessa situação, a ausência de contribuições facultativas impede a concessão da aposentadoria.

94. João recebia auxílio-acidente e veio a falecer em decorrência de causa totalmente distinta daquela que originou a redução de sua capacidade laborativa.

Nessa situação, seus dependentes poderão requerer pensão por morte, desde que preenchidos os requisitos legais.

95. Roberto, segurado empregado, permaneceu incapacitado por quinze dias consecutivos em razão de doença comum.

Nessa situação, caberá ao INSS o pagamento do auxílio por incapacidade temporária desde o primeiro dia de afastamento.

96. Carlos, estudante universitário de 22 anos, nunca exerceu atividade remunerada. Desejando iniciar sua proteção previdenciária, efetuou sua inscrição junto ao INSS e recolheu espontaneamente sua primeira contribuição como segurado facultativo. Nessa situação, a filiação ao RGPS ocorreu na data da inscrição realizada perante o INSS.

- 97.** Marina exerce, simultaneamente, emprego regido pela CLT durante o período da manhã e atividade empresarial individual no período da tarde. Nessa situação, para fins previdenciários, Marina será considerada segurada obrigatória apenas em relação à atividade principal, incidindo contribuição apenas sobre esta.
- 98.** João exerce atividade de pescador artesanal em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Durante determinado período do ano, contratou dois ajudantes por aproximadamente quarenta dias para auxiliá-lo durante a época de maior produção. Nessa situação, João perderá automaticamente a condição de segurado especial.
- 99.** Lucas foi contratado como menor aprendiz, mediante contrato regular de aprendizagem. Nessa hipótese, Lucas é segurado obrigatório do RGPS na qualidade de empregado.
- 100.** Fernanda exerce exclusivamente mandato de vereadora em seu município, sem manter qualquer outra atividade remunerada. Nessa situação, será segurada obrigatória do RGPS, desde que não esteja vinculada a regime próprio de previdência social.
- 101.** Pedro, com 17 anos de idade, deixou seu emprego para dedicar-se exclusivamente aos estudos. Um mês após sua demissão, passou a recolher contribuições como segurado facultativo. Nessa situação, Pedro poderá filiar-se validamente como segurado facultativo.
- 102.** Marcelo presta serviços de forma eventual para diversas empresas, sem vínculo empregatício, assumindo os riscos econômicos de sua atividade e negociando diretamente sua remuneração. Nessa situação, Marcelo deverá ser enquadrado como trabalhador avulso.
- 103.** Luciana exerce atividade rural em regime de economia familiar como segurada especial e, para aumentar o valor futuro de sua aposentadoria, passou a recolher contribuições facultativas calculadas sobre salário de contribuição. Nessa situação, Luciana perde automaticamente sua condição de segurada especial.
- 104.** Roberto exerce atividade remunerada abrangida obrigatoriamente pelo RGPS, mas nunca efetou sua inscrição perante o INSS. Nessa situação, por ausência de inscrição, Roberto não será considerado segurado obrigatório até regularizar seu cadastro.
- 105.** Henrique é médico e presta serviços simultaneamente como empregado de um hospital privado e como profissional autônomo em consultório próprio. Nessa situação, Henrique deverá contribuir ao RGPS em relação às duas atividades exercidas.
- 106.** Ana trabalhou como empregada por doze anos ininterruptos, totalizando 144 contribuições mensais sem perda da qualidade de segurada. Após ser dispensada sem justa causa, permaneceu desempregada e comprovou essa condição mediante registro no órgão competente.
Nessa situação, Ana manterá a qualidade de segurada por até trinta e seis meses após a cessação das contribuições.
- 107.** Bruno recebia exclusivamente auxílio-acidente e permaneceu cinco anos sem exercer atividade remunerada nem recolher contribuições previdenciárias.
Nessa situação, por estar em gozo de benefício previdenciário, manteve ininterruptamente sua qualidade de segurado durante todo esse período.

108. Cláudia exerce simultaneamente dois empregos celetistas. A soma das remunerações ultrapassa o limite máximo do salário de contribuição.

Nessa hipótese, as contribuições previdenciárias incidirão integralmente sobre ambas as remunerações, ainda que ultrapassem o teto previdenciário.

109. Eduardo perdeu a qualidade de segurado e, após retornar ao mercado de trabalho, passou a contribuir novamente para o RGPS. Pretendendo requerer auxílio por incapacidade temporária, verificou que já havia cumprido a carência exigida antes da perda da qualidade.

Nessa situação, poderá utilizar integralmente as contribuições anteriores para fins de carência, independentemente do número de novas contribuições realizadas.

110. Fernanda, contribuinte individual, deixou de recolher contribuições durante quatro anos. Posteriormente, efetuou o pagamento de todas as competências em atraso.

Nessa situação, todas essas contribuições serão computadas automaticamente para fins de carência.

111. Gabriel recebeu verbas indenizatórias decorrentes da rescisão de seu contrato de trabalho, inclusive aviso-prévio indenizado e férias indenizadas acrescidas do respectivo terço constitucional.

Nessa hipótese, tais parcelas integram o salário de contribuição para fins de incidência das contribuições previdenciárias.

112. Igor cumpriu integralmente a carência para aposentadoria programada e, posteriormente, perdeu a qualidade de segurado.

Nessa situação, caso volte a contribuir ao RGPS, deverá reiniciar integralmente o cumprimento da carência anteriormente satisfeita.

113. Juliana recebeu, durante determinado mês, salário, décimo terceiro salário e participação nos lucros e resultados da empresa forçados nos termos da lei.

Nessa situação, todas essas parcelas integram o salário de contribuição.

114. Marcelo efetuou regularmente suas contribuições previdenciárias durante oito meses e sofreu grave acidente de trânsito que o incapacitou temporariamente para o trabalho.

Verificada a inexistência de doença preexistente e estando mantida sua qualidade de segurado, poderá fazer jus ao auxílio por incapacidade temporária, ainda que não tenha cumprido a carência ordinariamente exigida.

115. Helena exerceu atividade remunerada abrangida pelo RGPS durante vários anos e, posteriormente, deixou definitivamente o mercado de trabalho, passando apenas a administrar seu patrimônio pessoal.

Enquanto não voltar a exercer atividade remunerada, poderá filiar-se como segurada facultativa.

116. Ricardo, segurado empregado, sofreu acidente automobilístico durante viagem de férias, permanecendo totalmente incapacitado para o trabalho por oito meses. Na data do acidente, possuía qualidade de segurado, mas apenas seis contribuições mensais ao RGPS.

Nessa situação, desde que constatada a incapacidade temporária para o trabalho, Ricardo poderá fazer jus ao auxílio por incapacidade temporária, independentemente do cumprimento da carência ordinária.

117. Mariana sofreu redução definitiva da capacidade laborativa em razão de acidente doméstico. Após recuperação clínica, retornou ao exercício de sua atividade profissional, percebendo remuneração integral.

Nessa situação, por voltar ao trabalho, não fará jus ao auxílio-acidente.

118. Carlos recebeu auxílio por incapacidade temporária durante dois anos. Encerrado o benefício, a perícia médica concluiu pela existência de incapacidade total e permanente para qualquer atividade laboral, sem possibilidade de reabilitação profissional.

Nessa hipótese, preenchidos os demais requisitos legais, o auxílio por incapacidade temporária poderá ser convertido em aposentadoria por incapacidade permanente.

119. Fernanda faleceu quando possuía apenas três contribuições previdenciárias, deixando esposo economicamente dependente.

Nessa situação, a inexistência da carência mínima impede a concessão da pensão por morte.

120. Juliana, segurada empregada, adotou judicialmente uma criança de quatro anos de idade.

Nessa situação, terá direito ao salário-maternidade, observados os requisitos legais, ainda que a criança não seja recém-nascida.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
